

Ano XX nº 5724 – 03 janeiro de 2018

Em novo estatuto, banco impõe teto de gastos para o Saúde Caixa

A direção da Caixa tem divulgado, inclusive no sítio oficial do banco, o novo estatuto da instituição. Um dos pontos prejudiciais aos trabalhadores é apresentado no quarto parágrafo do capítulo VIII: “a participação da CEF no custeio dos benefícios de assistência à saúde será limitada ao percentual de 6,5% (seis e meio por cento) das folhas de pagamento e proventos”.

Além de impor um teto de 6,5% em relação à folha de pagamento, da ativa e aposentados, o modelo de custeio imposto no novo estatuto leva em consideração no cálculo do teto os gastos fiscais e administrativos, que no modelo atual são de responsabilidade exclusiva da Caixa.

Pela redação do estatuto, ao estourar o teto de 6,5%, o novo modelo de custeio vai impactar em maiores custos ao trabalhador a partir de 2020. O atual modelo de custeio, sem teto, no qual a Caixa é responsável por 70% de todo o custo em assistência à saúde, está previsto no Acordo Aditivo dos empregados. Impor o teto de maneira unilateral é desrespeitar o processo negocial e o compromisso assumido pela própria direção da Caixa.

Enquanto era debatida em mesa de negociação a possibilidade de promover a alteração do modelo de custeio do Saúde Caixa, a direção do banco não deu garantia de emprego e negou outros pontos essenciais aos trabalhadores como, por exemplo, a incorporação de função. Por isso, os representantes dos empregados não tiveram dúvidas em dizer não à intransigência do banco.

Pelas regras atuais do Saúde Caixa, o banco arca com 70% do seu custeio, e os empregados, 30%. A porcentagem relativa aos trabalhadores é mantida por meio de 2% do valor do salário, mais 20% de coparticipação nos procedimentos médicos, limitado a R\$ 2.400. O atual modelo de custeio não discrimina idade, faixa salarial ou se o empregado é aposentado ou da ativa. Todos pagam o mesmo valor.



Reajuste do mínimo é o menor em 24 anos

O ano mal começou e o brasileiro amarga uma notícia bem ruim. O reajuste do salário mínimo definido pelo governo Temer, de 1,81%, é o menor em 24 anos. O valor sai de R\$ 937,00 para R\$ 954,00. O aumento de apenas R\$ 17,00 não cobre nem sequer as sucessivas elevações do gás de cozinha que em 2017 teve reajuste de 15,41%.

Isso quer dizer que o cidadão terá de apertar ainda mais as contas para conseguir sobreviver, porque certamente os preços dos produtos vão subir, assim como demais despesas da família, a exemplo da mensalidade escolar, reajustada anualmente, do plano de saúde, da conta de luz e de água.

Enquanto penaliza a sociedade com o falso argumento de que precisa ajustar as contas para a economia voltar a crescer, Temer gasta bilhões do dinheiro público para aprovar as propostas que retiram direitos dos brasileiros, a exemplo das reformas da Previdência e trabalhista, esta já em vigor. Também torrou o dinheiro para comprar votos dos deputados e escapar das denúncias de corrupção, obstrução da Justiça e formação de organização criminosa.

